

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
Secretaria de Estado de Transparência e Controle

**CONTRATO DE FORNECIMENTO COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O DISTRITO FEDERAL POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE, DE OUTRO, A EMPRESA CLARO S.A., NA FORMA ABAIXO.**

Processo nº 480.000.127/2014

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES**

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal – STC, com sede no Ed. Anexo do Buriti, 13º, Praça do Buriti – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por Mauro Almeida Noletto, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 3.479.416 SSP/DF, inscrito no CPF sob nº 578.317.421-15, na qualidade de Secretário de Estado, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e a empresa **CLARO S.A.**, doravante denominada CONTRATADA, com sede na Rua Flórida, 1970, Cidade Monções – São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 40.432.544/0001-47, representada por Jacinto Luiz Miotto Neto, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº M-3.642.540 SSP/MG e do CPF nº 743.791.866-87, na qualidade de Diretor Nacional de Vendas Corporativa e José Rolando Pedro Silva Olmos, mexicano, portador da Carteira de Identidade nº RNE V439245-1 e do CPF nº 231.835.848-67, na qualidade de Diretor, têm, entre si, justo e avençado, por força do presente instrumento e em conformidade com as disposições contidas na Lei 10.520/02, subsidiariamente na Lei 8.666/93 e demais normas que regem a espécie; bem como, o Processo 480.000.127/2014, celebram o presente Contrato, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telefonia móvel pessoal - SMP, pós-pago, para comunicação de voz e dados, com tecnologia digital GSM, por meio do fornecimento de acessos digitais que permitam os serviços de roaming nacional e internacional, acessos de comunicação de dados, internet, via rede móvel digital de alta velocidade (internet móvel 4G), através de modems USB, smartphones e aparelhos telefônicos, em regime de comodato, em conformidade com as especificações constantes do processo nº: 480.000.127/2014, Edital de Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços MPT/PG/52/2013, fls.183/219, da Ata de Registro de Preços nº 50/2013, fls.108/143, que passam a integrar o presente Termo, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

A forma de execução deste Contrato é a indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO**

As características do objeto deste instrumento são aquelas constantes no Projeto Básico do processo nº: 480.000.127/2014, do Edital do Pregão Eletrônico nº 52/2013.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

A vigência deste contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, limitado a 60 (sessenta) meses.

**CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO**

A habilitação dos acessos e a entrega das estações móveis deverão ser novas, assim consideradas de primeiro uso, no prazo máximo de 30 dias corridos, contados da assinatura do contrato, devidamente protegidas e embaladas adequadamente contra danos de transporte e manuseio, no seguinte endereço: Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 13º andar, sala 1313 – Diretoria de Orçamento Finanças e Contratos – DIORF – CEP 70075-900 – Brasília/DF - Fone: (61) 2108-3222 – Fax: (61) 2108-3215.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

Os equipamentos serão recebidos por servidor formalmente designado pela Administração, da seguinte forma:

**I - provisoriamente**, de imediato, para efeito de verificação da qualidade, quantidade e da conformidade dos itens com as especificações solicitadas;

**II - definitivamente**, em até 30 dias do recebimento provisório, depois de realizada a verificação com aceitação da conformidade citada no subitem anterior e atesto da nota fiscal/fatura para fins de pagamento;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Caso o equipamento apresente defeitos ou não sejam compatíveis com as especificações solicitadas, o fornecedor deverá proceder à substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da notificação;

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui às responsabilidades cível e penal da licitante vencedora;

**CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA E VALIDADE**

Todos os aparelhos cedidos em regime de comodato, conforme estabelecido na Ata de Registro de Preços, devem possuir, no mínimo, 2 (dois) anos de garantia, referente a defeitos de fabricação, a partir da data de sua entrega.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**





Além das obrigações previstas neste Contrato, no Termo de Referência e de outras decorrentes da natureza do ajuste, a CONTRATADA obriga-se a:

I - efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido no Contrato (ou Edital);

II - acompanhar e fiscalizar, sob aspectos quantitativos e qualitativos, a execução do Contrato, por Representante da Administração, especificamente designado por Portaria, que atestará as Notas Fiscais para fins de pagamento, comprovado a prestação de serviços;

III - notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

IV - exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada;

V - a Contratante se responsabilizará pela aquisição das placas da Interface Celular.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além das obrigações previstas neste Contrato, Termo de Referência e de outras decorrentes da natureza do ajuste, a CONTRATADA obriga-se a:

I - disponibilizar consultor pelo período de 15 dias úteis, ou pelo prazo necessário, em horário comercial, para realizar as trocas dos aparelhos, fazendo a transferências de todos os dados do antigo celular para o novo, por ocasião da entrega inicial e de cada substituição anual nas unidades onde tiverem mais de 120 aparelhos;

II - acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, atendendo as reclamações formuladas e prestando, no prazo indicado pela Administração, todos os esclarecimentos necessários;

III - fornecer, mensalmente, notas fiscais contendo o detalhamento individual de cada acesso, a exemplo do celular, modem e chip 4g, com todas as despesas, separadas por localidades para ateste dos usuários e fiscais, incluindo os descontos pertinentes;

IV - prestar os serviços discriminados no item cinco, rigorosamente de conformidade com os prazos, especificações e demais condições constantes deste Termo;

V - fornecer todo o material e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste contrato, sem ônus para a contratante, quer na aplicação de materiais auxiliares, quer na substituição de equipamentos e componentes originais;

VI - responder por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados diretamente ou indiretamente a STC ou a terceiros na execução dos serviços relacionados ao presente Termo, decorrente de sua culpa ou dolo;

VII - providenciar imediatamente as correções das imperfeições apontadas pela contratante, em virtude de imperfeições detectadas nos serviços executados, tendo prazo máximo de 5 (cinco) dias para fazê-lo (ANATEL 575/2011 Art.32);

VIII - não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Termo, sem prévia e expressa anuência da contratante;

IX - atender às solicitações dos representantes, membros e servidores da contratante que estiverem utilizando o serviço, corrigindo imediatamente, após a notificação, qualquer ocorrência de interrupção não justificada do SMP, tendo prazo máximo de 5 (cinco) dias para fazê-lo (ANATEL 575/2011 Art.32);

X - independente da empresa vencedora, os números de identificação as linhas deverão permanecer os mesmos (PORTABILIDADE), os quais serão fornecidos a licitante vencedora após a assinatura do contrato;

XI - atender às solicitações dos representantes, membros e servidores da contratante que estiverem utilizando o serviço, corrigindo no prazo máximo de 6 horas, após a notificação, qualquer ocorrência de interrupção não justificada do SMP;

XII - responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela ANATEL;

XIII - fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste contrato, cabendo-lhe integralmente, o ônus decorrente;

XIV - comunicar a contratante, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar esclarecimentos julgados necessários;

XV - assumir inteira responsabilidade por despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços objeto deste contrato, isentando a contratante de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

XVI - não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da contratante;

XVII - assinar o contrato até 15 (quinze) dias úteis, contados da data da sua convocação;

XVIII - responder por quaisquer interferências de estranhos nos acesso sem serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação;

XIX - disponibilizar à contratante um atendimento especializado no atendimento Governo, com atendente capacitado e com conhecimentos da cláusulas que regem esse termo, por meio de consultoria e/ou central de Atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana visando a continuação do serviço público mesmo fora do horário comercial;

XX - credenciar, por escrito, junto a CONTRATANTE, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste termo;





XXI - fornecer quando solicitado o organograma da empresa das áreas comercial e técnica para recorrência;  
XXII - oferecer o serviço de telefonia móvel pessoal em todo o território nacional com o sistema de transferência automática, quando o equipamento estiver fora da abrangência da operadora, se for o caso;  
XXIII - assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;  
XXIV - manter em funcionamento contínuo todos os acessos móveis. O bloqueio dos terminais só poderá ser executado por expressa solicitação do representante da contratante;  
XXV - fornecer na forma solicitada pela contratante, o demonstrativo impresso de utilização dos serviços, por acesso móvel;  
XXVI - manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Contrato;  
XXVII - iniciar a prestação dos serviços em até 30 dias após a assinatura do contrato;  
XXVIII - atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços contratados pela STC;  
XXIX - apresentar nota fiscal correspondente aos gastos com o serviço contratado, no Protocolo da STC, constando relação dos números dos acessos e seus respectivos valores, bem com o detalhamento impresso de cada um dos acessos individualmente;  
XXX - disponibilizar por meio eletrônico o arquivo das despesas mensais dos acessos contratados;  
XXXI - quando da detecção de clonagem, deverão ser tomadas as devidas providências, imediatamente após a ocorrência, inclusive com a substituição do aparelho, se necessário;  
XXXII - não trocar o número fornecido, senão por solicitação da contratante;  
XXXIII - providenciar a substituição a cada 24 meses de todos os aparelhos celulares cedidos, em regime de comodato, a contratada por modelos novos atualizados tecnologicamente, sem quaisquer ônus para a STC, devendo a troca ocorrer 30 (trinta) dias após a assinatura do termo aditivo de prorrogação do contrato;  
XXXIV - substituir qualquer aparelho que apresentar defeito de fabricação, após laudo técnico da rede autorizada, desde que não constatado uso indevido de equipamento, de forma a não gerar interrupção do serviço, sem que isso acarrete qualquer ônus extra para a contratante;  
XXXV - providenciar uma reserva técnica de 5% de cada um dos modelos de aparelhos em uso no Contrato, sem qualquer ônus extra para o Contratante, que serão armazenados pela área responsável para agilizar substituições no caso de pane de aparelho;  
XXXVI - não fornecer os dados e registros telefônicos dos acessos de serviço móvel pessoal cedidos a STC senão ao representante da contratante. A empresa será responsabilizada pelo uso indevido de todas as informações constantes de seu banco de dados em relação aos acessos a disposição da STC;  
XXXVII - após aviso por escrito da Contratante à Contratada de aparelho celular que necessite de reparo, a Contratada terá um prazo de 3 dias para recolher o aparelho e encaminhar a assistência técnica do fabricante e após análise do fabricante de que o problema é de fábrica a Contratada deverá substituir o aparelho no prazo de 5 (cinco) dias;  
XXXVIII - o Usuário não responderá pelos prejuízos resultantes de roubo dos aparelhos podendo a CONTRATADA, a seu critério, incluir no faturamento o valor do aparelho roubado, no valor constante da Nota Fiscal apresentada;  
XXXIX - aceitar acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, de acordo com o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes que poderão exceder os 25% (vinte e cinco por cento).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

11.1 A contratada se obriga, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do Contrato, a prestar garantia em favor da Contratante, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, numa das seguintes modalidades, conforme opção da Contratada:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública federal;
- b) seguro-garantia; ou
- c) fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A garantia prestada deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Caso a contratada opte por apresentar títulos da dívida pública, eles deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido no Contrato, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aqueles previstos no artigo 2º da Lei 10.179, de 06 de fevereiro de 2001.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Caso a contratada opte pela caução em dinheiro, deve providenciar o depósito junto à instituição financeira indicada pela Contratante, para os fins específicos a que se destina, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência.

PARÁGRAFO QUARTO. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Contratante.

PARÁGRAFO QUINTO. A garantia poderá ser utilizada, ainda, para o pagamento referente às indenizações, e





multas à CONTRATADA por descumprimento contratual.

**PARÁGRAFO SEXTO.** A garantia será liberada ou restituída à Contratada após cumprimento das obrigações pactuadas no Contrato, nos termos da legislação vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O Distrito Federal, por meio da Contratante, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei 8.666/93).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O valor total do Contrato é de R\$ 683.512,00 (seiscentos e oitenta e três mil, quinhentos e doze reais), devendo a importância de R\$ R\$ 142.398,33 (cento e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos), ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

Os preços propostos poderão ser reajustados, de acordo com a periodicidade e índice estabelecidos pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e demais dispositivos legais vigentes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Os reajustes devem ser solicitados previamente à CONTRATANTE, por meio de documento oficial, sendo obrigatório acostar ao pedido todos os motivos de fato e de direito que ensejaram o pedido, quando ocorridos após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, que serão revisado mediante Termo aditivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a Revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, sempre por meio de Termo Aditivo, exceto nas situações em que a legislação admita a alteração por meio de apostila.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO PAGAMENTO**

A Contratada apresentará Nota fiscal, que deverá ser entregue em até cinco dias antes da data do vencimento, acompanhada de detalhamento dos serviços prestados mensalmente e individualizado, discriminativa do consumo, para cada número de telefone disponibilizado para a CONTRATANTE, conforme previsto na Resolução nº 477/2007 da ANATEL e demais normas que regem a matéria.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Caso a contratada faça opção de faturamento mediante Nota Fiscal Eletrônica, esta deverá ser encaminhada à Gerência de Contratos para o e-mail gecon@stc.df.gov.br.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** A nota fiscal de serviço deverá ser apresentada acompanhada do detalhamento dos serviços prestados mensalmente e individualizado, discriminativa do consumo, para cada número de telefone disponibilizado para a CONTRATANTE, conforme regulamento da ANATEL.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Relatórios impressos de execução dos serviços prestados, por linha, no período a que se refere à fatura, contendo os seguintes dados de cada chamada: o tipo de chamada, o número chamador/número chamado, o estado e o município de origem, o estado e o município de destino, os horários de início e término da chamada, a duração no formato hh:mm:ss, e o custo total da ligação.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Juntamente com a documentação descrita no PARÁGRAFO anterior, deverá ser juntada as respectivas comprovações de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas, comerciais e fiscais.

**PARÁGRAFO QUINTO.** O pagamento será efetuado após o reconhecimento da fatura pela CONTRATANTE, mediante carimbo e assinatura do responsável pelo acompanhamento do contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO.** A atestação da Fatura/Nota Fiscal será feita pelo fiscal do Contrato. Na Fatura/Nota Fiscal deverá constar o número da conta-corrente, o nome e número do banco, bem como o número da agência de efetivação do pagamento.

**PARÁGRAFO SÉTIMO.** Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Fatura ou Nota Fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO OITAVO.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

**PARÁGRAFO NONO.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE será calculada, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;





N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**PARÁGRAFO DÉCIMO.** Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto 93.872/86.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 45101

II – Programa de Trabalho: 04122600385178681

III – Natureza da Despesa: 339039

IV – Fonte de Recursos: 100

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** O empenho inicial é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2014NE00326, emitida em 16.7.2014, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, a licitante que:

I - não celebrar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

II - deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

III - ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

IV - não mantiver a proposta;

V - falhar ou fraudar a execução do Contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Em conformidade com os artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do Contrato a Secretaria de Transparência e Controle poderá, garantida a prévia defesa e resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa compensatória de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total anual do Contrato, devidamente atualizado, na hipótese de recusa injustificada da licitante vencedora em retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o instrumento contratual, no prazo de 05 (cinco) dias, após regularmente convocada; bem como no caso de descumprimento das obrigações pactuadas não enquadrados nas alíneas seguintes;

III - multa de mora no percentual de correspondente a 1% (um por cento), calculada sobre o valor total mensal do Contrato, por dia de inadimplência, limitado a 15 (quinze) dias corridos, caracterizando inexecução parcial do Contrato;

IV - multa de mora no percentual de correspondente a 2,0% (dois por cento), calculada sobre o valor total mensal do Contrato, por dia de inadimplência, a partir do 16º (décimo sexto) dia até o limite de 30 (trinta) dias corridos, caracterizando inexecução parcial do Contrato;

V - multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total anual do Contrato, pela inadimplência além do prazo de 30 (trinta) dias corridos, caracterizando inexecução total do Contrato;

VI - multa no percentual de 1% (um por cento) até o limite de 10% (dez por cento), calculada sobre a parcela do serviço inadimplida, no caso de descumprimento de determinações da Administração;

VII - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

VIII - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, na impossibilidade, será cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Não haverá aplicabilidade de multas durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela Administração, em virtude de caso fortuito, força maior ou impedimento causado pela Administração.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Após a aplicação de qualquer penalidade prevista neste Capítulo, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa), constando o fundamento legal da punição e informando que o fato será registrado no SICAF.

**PARÁGRAFO QUINTO.** Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula, poderão ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

**PARÁGRAFO SEXTO.** No caso da penalidade prevista no inciso VIII do PARÁGRAFO PRIMEIRO, caberá





pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato (conforme inciso III do art. 109 da Lei 8.666/93).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e

III - judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Na rescisão unilateral de que trata o inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93, são assegurados à Contratante os seguintes direitos, sem prejuízo de sanções aplicáveis ao Contratado:

I - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado de local em que se encontrar, por ato próprio da Contratante;

II - Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V da Lei 8.666/93;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Contratante, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrente do contrato até o limite dos prejuízos causados à Contratante.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

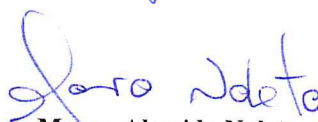
A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle Distrito Federal.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, os representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA assinam o presente Termo lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e nominadas, para que produza os seus devidos efeitos legais.

Brasília, 28 de julho de 2014.



**Mauro Almeida Noleto**  
Secretário de Estado

  
**Jacinto Luiz Miotto Neto**  
Diretor Nacional de Vendas

  
**José Rolando Pedro Silva Olmos**  
Diretor

Testemunhas:

NOME COMPLETO: RUBRICA: CPF:

NOME COMPLETO: RUBRICA: CPF:

